

# UMA REALIDADE DISTANTE

Os dados da Prova ABC, realizada pela ONG Todos pela Educação, em parceria com a Fundação Cesgranrio, o Instituto Paulo Montenegro e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), demonstram que mais da metade das crianças do 3º ano do ensino fundamental das escolas públicas e privadas do País não aprendeu os conteúdos esperados. A situação é ainda pior se forem consideradas apenas as escolas públicas. Em matemática, 70,8% dos alunos não sabem o adequado. Em leitura, esse percentual foi de 60,3% e, em escrita, de 74,1%.

Para os coordenadores da avaliação, os resultados mostram que as crianças escrevem pior do que leem e indicam certo abandono do ensino de matemática. A ONG Todos pela Educação estipulou como meta que, até 2022, toda criança esteja

plenamente alfabetizada até os 8 anos de idade. Uma realidade distante para muitos que estudam em escola pública.

Como se pode notar, a realidade educacional brasileira está longe do ideal, e quem reclama da qualidade do ensino e do acesso ao curso superior ganha novos argumentos. Ao se comparar com os dados divulgados pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), percebe-se que o Brasil tem o mais baixo nível de população que completa o ensino superior e o terceiro pior dentre os que completam o ensino médio entre 35 países pesquisados.

Os números demonstram que os investimentos crescentes em educação no Brasil ainda não se converteram em eficácia do sistema. De 2000 a 2010, o percentual do Produto Interno

Bruto (PIB) aplicado na área educacional subiu de 3,5% para 5,6% e, em média, um estudante brasileiro custa 3 mil dólares por ano de estudo. A média dos países-membros da Organização é de 6,3%. No Brasil, a parte dos investimentos destinada ao ensino superior foi de 0,9% do PIB em 2010, contra 0,7% em 2000. Essa média é similar à dos demais países pesquisados pela OCDE.

A grande discussão do momento é a destinação das verbas advindas da exploração do petróleo da camada de pré-sal. Sem saber ainda ao certo quanto se pode tirar, e quando, debate-se o percentual de 75% para a educação e 25% para a saúde. Mas, pelos dados das pesquisas mostradas aqui, nota-se perfeitamente que o maior problema da educação brasileira não está nos investimentos, mas sim na gestão. O Plano Nacional de



Benjamin Ribeiro\*



©Komarov Andrey/PhotoXpress

Educação ainda está em discussão na Câmara Federal, à espera de aprovação. Estamos em 2013, e a vigência do PNE é de 2011 a 2020, ou seja, já passou do prazo, mas falta sua aprovação para entrar em vigor.

Discute-se muito o quanto gastar antes de se planejar como gastar. Enquanto isso, o déficit de vagas nas creches brasileiras aumenta ano a ano, e o ensino básico, que deveria receber a atenção dos formuladores da política educacional brasileira, é deixado para segundo plano, dando-se ênfase maior ao ensino superior. Como podemos notar, o clamor da juventude nas ruas do País ainda está longe de ser ouvido. ■

\*Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo (Sieesp)

[benjamin@einstein24h.com.br](mailto:benjamin@einstein24h.com.br)